

1ª REUNIÃO

# CONSELHO DE INOVAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE, NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE – EREI ALGARVE 2030

(Aprovado em Conselho Diretivo da CCDR Algarve I.P. em 27 de maio  
de 2024)

- **Produto Interno Bruto a preços correntes, por NUTS II**

- Unid.: Paridades do Poder de Compra por habitante

- Fonte: Eurostat

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>EU27 countries (from 2020)</b>	<b>26.000</b>	<b>26.600</b>	<b>27.500</b>	<b>28.200</b>	<b>29.300</b>	<b>30.300</b>	<b>31.300</b>	<b>30.100</b>	<b>32.700</b>	<b>35.400</b>
Portugal	20.200	20.600	21.300	22.000	22.700	23.700	24.600	22.900	24.600	27.900
Norte	16.700	17.300	18.000	18.600	19.200	20.200	21.000	20.000	21.400	23.900
Centro (NUTS 2021)	17.300	17.700	18.400	19.000	19.600	20.500	21.300	20.400	21.700	23.900
Área Metropolitana de Lisboa (NUTS 2021)	27.700	27.800	28.400	28.900	29.700	30.800	32.000	29.400	31.300	36.100
Alentejo (NUTS 2021)	18.200	18.700	20.200	20.400	21.400	21.900	22.400	20.900	23.100	25.800
<b>Algarve</b>	<b>20.200</b>	<b>21.000</b>	<b>21.900</b>	<b>23.400</b>	<b>25.000</b>	<b>26.300</b>	<b>27.600</b>	<b>22.900</b>	<b>25.700</b>	<b>31.700</b>
Região Autónoma dos Açores	18.200	18.500	19.100	19.700	20.100	20.900	21.800	20.200	22.100	25.000
Região Autónoma da Madeira	19.500	20.000	20.600	21.300	22.400	23.100	23.800	20.600	23.200	28.100
<b>Algarve face à média UE27 (%)</b>	<b>77,7</b>	<b>78,9</b>	<b>79,6</b>	<b>83,0</b>	<b>85,3</b>	<b>86,8</b>	<b>88,2</b>	<b>76,1</b>	<b>78,6</b>	<b>89,5</b>



Bruxelas, 27.3.2024  
COM(2024) 149 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES**

**relativa ao nono relatório sobre a coesão**

{SWD(2024) 79 final}

**IV. Fazer o balanço das realizações da política de coesão e retirar ensinamentos para o futuro**

**Como salientado anteriormente, embora a política de coesão tenha contribuído com êxito para a convergência entre os Estados-Membros, a situação a nível infranacional é mais complexa.** Com efeito, este processo de convergência nacional é por vezes ensombrado pelo aumento das disparidades infranacionais, nomeadamente entre grandes áreas metropolitanas e outras regiões, bem como por regiões menos desenvolvidas, muitas vezes apanhadas numa «armadilha de desenvolvimento».

Os programas de 2021-2027 começaram com algum atraso devido ao impacto da pandemia e, em alguns Estados-Membros, a outros fatores, como a necessidade de elaborar, simultaneamente, planos de recuperação e resiliência. As autoridades de gestão dos Estados-Membros e das regiões tiveram de lidar paralelamente com diferentes sistemas de governação e prazos. Os Estados-Membros e as regiões menos desenvolvidos, que mais necessitam de investimentos da política de coesão, deparam-se frequentemente com dificuldades em termos de conceção e execução, e dispõem de recursos administrativos mais limitados. Apesar das medidas de simplificação introduzidas através do quadro legislativo para 2021-2027 e do apoio à capacidade administrativa prestado ao longo das últimas décadas, é necessária uma maior simplificação da política.

A fim de reforçar a sua eficácia na consecução dos objetivos do Tratado, nomeadamente à luz dos desafios futuros, **é necessário refletir sobre a forma de melhorar a conceção da política de coesão.**

*Concretizar o objetivo do Tratado: reduzir as disparidades no desenvolvimento económico*

**A política de coesão evoluiu de forma constante ao longo dos últimos períodos, a fim de se adaptar a novas circunstâncias e de apoiar as prioridades da UE.** Esta evolução implicou alterações aos investimentos apoiados, à cobertura geográfica, ao modo de concretização, à utilização de condicionalidades e à ligação com o processo do Semestre Europeu. Ao mesmo tempo, os valores e princípios fundamentais da política foram mantidos e até reforçados ao longo do tempo: um quadro a longo prazo para a programação, a parceria com as partes interessadas e a sociedade civil, a governação a vários níveis, a avaliação e a recolha de dados e, sobretudo, a abordagem de base local, em que o apoio é adaptado às necessidades e oportunidades específicas regionais.

**Em conformidade com os objetivos do Tratado, os recursos da política de coesão concentraram-se nas regiões e nos Estados-Membros menos desenvolvidos da UE:** 70 % do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu Mais são atribuídos a estas regiões ao abrigo dos programas de 2021-2027. O Fundo de Coesão é inteiramente atribuído aos Estados-Membros com um RNB *per capita* inferior a 90 % da média da UE. Embora todas as regiões recebam financiamento da política de coesão, a intensidade de auxílio em 2014-2020 é mais elevada nas regiões menos desenvolvidas, com cerca de 297 EUR por habitante e por ano, em média, contra 117 EUR para a média da UE.

Embora se mantenha a ênfase sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, deve também ser dada atenção à dinâmica de desenvolvimento e às tendências a longo prazo, resolvendo os

problemas antes de estes se instalarem e ajudando as regiões que se encontram (ou estão em risco de cair) numa armadilha de desenvolvimento. Em suma, é essencial adotar uma abordagem mais proativa para concretizar o objetivo do Tratado de promover um desenvolvimento harmonioso.

*Diferentes regiões têm diferentes pontos de partida — e diferentes trajetórias de desenvolvimento*

**As regiões têm pontos de partida, necessidades e capacidades de desenvolvimento diferentes.** Também não estão uniformemente equipadas para fazer face aos desafios emergentes, tendo em conta as suas diferentes capacidades administrativas e financeiras. **Por conseguinte, seguirão diferentes trajetórias de desenvolvimento para gerir transformações atuais e futuras.**

A UE, através da política de coesão (mas não só), deve canalizar um apoio específico e de base local centrado nas necessidades específicas de cada região, em consonância com as prioridades da UE e prestando a devida atenção aos desafios, quadros e políticas em cada Estado-Membro.

Os programas de desenvolvimento regional são há muito o pilar da política de coesão, mas o Fundo para uma Transição Justa demonstrou de que forma o apoio pode ser mais adaptado às necessidades específicas de desenvolvimento dos territórios, com vista a enfrentar os desafios da transição climática previamente identificados. Do mesmo modo, as estratégias de especialização inteligente revelaram-se úteis para reforçar os ecossistemas de inovação regionais: com base em capacidades e ativos locais, recorrendo a uma rede de partes interessadas locais e regionais e colmatando a clivagem em matéria de inovação.

As transições ecológica e digital, a transformação demográfica, a evolução das tendências económicas mundiais e as alterações climáticas afetarão todas as economias regionais. Contudo, a escala e a natureza destes desafios diferem entre regiões, bem como a capacidade destas para os enfrentar.

Por conseguinte, **é necessária uma reflexão aprofundada sobre a melhor forma de adaptar a política aos diferentes perfis económicos e características geográficas das regiões, a fim de orientar estrategicamente os investimentos.** Existe uma necessidade crescente de refletir melhor os múltiplos desafios em matéria de desenvolvimento, as necessidades de reforma e as diferentes circunstâncias sociais e de emprego, a fim de facilitar uma programação mais eficiente dos fundos da UE nas regiões ultraperiféricas, escassamente povoadas, insulares, montanhosas e fronteiriças, nas zonas rurais e nas zonas afetadas pela transição industrial e não só.

*Promover um desenvolvimento territorial mais equilibrado*

**O desenvolvimento económico infranacional caracteriza-se frequentemente por uma forte polarização entre as regiões das capitais e os grandes centros metropolitanos, por um lado, e as regiões com menor densidade populacional, por outro.** A distribuição desigual dos motores de crescimento conduz a um melhor desempenho das regiões mais

desenvolvidas no que diz respeito à inovação e à competitividade, à qualidade da governação e das administrações públicas e ao nível de escolaridade. Tal pode também significar que continua por explorar um significativo potencial económico e de criação de emprego de qualidade nas regiões rurais e intermédias menos desenvolvidas.

**As áreas metropolitanas, as cidades e as suas zonas circundantes desempenham um papel central no desenvolvimento regional.** Estas zonas concentram o capital humano (incluindo universidades, centros de formação profissional e centros de I&D) e asseguram uma elevada conectividade e serviços de elevada qualidade. Por este motivo, atraem naturalmente o investimento. No entanto, a sua atratividade tem um preço: maiores congestionamentos, desafios sociais e custos de habitação, que, juntamente com custos salariais mais elevados, podem comprometer a sua competitividade.

**As cidades de pequena e média dimensão também desempenham um papel essencial no desenvolvimento territorial, promovendo o crescimento das suas zonas circundantes.** São fundamentais para a prestação de serviços públicos e privados e oferecem oportunidades de emprego e educação nas zonas circundantes.

Uma melhor cooperação entre as regiões da UE pode também contribuir para alcançar um desenvolvimento territorial mais equilibrado. A política de coesão, especialmente através de programas Interreg, ajudou a apoiar a colaboração inter-regional com base na cooperação transfronteiriça e transnacional, nomeadamente através de estratégias macrorregionais, que promovem a inovação, o desenvolvimento e uma melhor governação. No entanto, há margem para reforçar a cooperação regional a diferentes níveis, nomeadamente no fornecimento de bens públicos comuns além-fronteiras, tendo em conta o valor acrescentado do apoio aos investimentos transfronteiriços com orçamento europeu.

Os desequilíbrios territoriais poderiam ser atenuados através de um modelo de desenvolvimento mais policêntrico: tirar partido das cidades de pequena e média dimensão e promover a acessibilidade de serviços públicos em zonas afastadas dos grandes centros urbanos. A cooperação regional poderia ser intensificada através do reforço da capacidade das autoridades competentes e das partes interessadas.

*Parceria, governação a vários níveis e capacitação das partes interessadas*

**As pessoas no terreno têm um maior conhecimento das necessidades exatas do seu território.** Como tal, devem participar na tomada de decisões e na elaboração de políticas. Esta inclusão e capacitação servem também para contrariar o descontentamento político crescente<sup>13</sup> e a desconfiança em relação às autoridades públicas.

O quadro 2021-2027 reforçou a parceria e a participação dos intervenientes regionais e locais, da sociedade civil e dos parceiros sociais. As ações incluíram a promoção de modelos de execução territorial, como o desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) ou investimentos territoriais integrados. Estes modelos combinam financiamento proveniente de

<sup>13</sup> A. Rodriguez-Posé, L. Dijkstra and H. Poelman; The Geography of EU Discontent and the Regional Development Trap (não traduzido para português), *Regional Policy Working Papers 03/2023*

múltiplas fontes para a execução de uma estratégia territorial, envolvendo parcerias locais, abordagens ascendentes e governação territorial. É necessária uma reflexão mais aprofundada sobre a melhor forma de envolver as autoridades subnacionais e outras partes interessadas pertinentes e reforçar os mecanismos de governação territorial a vários níveis. O objetivo é responder melhor às necessidades dos parceiros económicos e sociais e dos cidadãos, em consonância com as prioridades da UE. Este reforço do papel dos parceiros locais exige uma melhoria da sua capacidade administrativa — a melhor forma de o fazer deve ser tida em conta no debate.

*Promover a convergência institucional, corrigindo as insuficiências existentes em matéria de governação pública e de capacidade administrativa*

**A existência de uma boa governação, de instituições fortes, de respeito pelo Estado de direito e de uma forte capacidade administrativa são uma condição prévia para a conceção e execução eficazes e eficientes de qualquer estratégia de desenvolvimento e, de um modo mais geral, para o progresso económico e social.** As insuficiências administrativas e de governação impedem alguns Estados-Membros e regiões de usufruir de todos os benefícios da política de coesão, nomeadamente devido às suas dificuldades na preparação e execução dos investimentos.

As deficiências na governação e na capacidade continuam a ser generalizadas. O atual apoio da política de coesão, através de assistência técnica, colmata principalmente as lacunas de capacidade em termos de gestão de fundos e modalidades de execução, nomeadamente quando estão relacionadas com a luta contra a fraude e a corrupção.

Outros instrumentos da UE contribuíram igualmente para reforçar a capacidade administrativa, principalmente o instrumento de assistência técnica, que apoia cada vez mais as autoridades regionais e locais. As reformas das administrações públicas apoiadas pelo MRR (por exemplo, nos procedimentos de licenciamento ou nos concursos públicos) beneficiaram investimentos financiados tanto pelo MRR como pela política de coesão.

É necessária uma abordagem mais ambiciosa e abrangente para corrigir deficiências nas administrações nacionais e regionais, bem como entre os beneficiários e os parceiros. Essa abordagem estratégica poderia combinar assistência técnica adaptada com requisitos de reforma em determinados domínios.

A correção das insuficiências administrativas não só melhoraria a eficácia da política de coesão, mas contribuiria também para estimular os investimentos e os intercâmbios no mercado único, aumentar a atratividade das regiões e dos Estados-Membros em causa e melhorar a sua capacidade de aplicar o acervo da UE.

*Reforçar a eficácia dos investimentos da política de coesão e promover reformas*

**Os investimentos são uma condição necessária, mas não suficiente, para assegurar o desenvolvimento económico. Algumas regiões, apesar de receberem apoio da política de coesão durante muitos anos, continuam a registar um fraco desempenho económico. São necessárias reformas para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento regional, quer se**

trate de barreiras específicas ao investimento, obstáculos regulamentares ou medidas destinadas a melhorar o funcionamento do mercado de trabalho e o ambiente empresarial.

A política de coesão, no âmbito do quadro de 2021-2027, promoveu ligações mais fortes entre investimentos e reformas através de condições habilitadoras e do alinhamento com o Semestre Europeu. Ao eliminar os obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento regionais, essas ligações podem ter um impacto positivo no mercado único.

**As condições favoráveis estabelecem um quadro uniforme para aumentar a eficácia dos investimentos da política de coesão,** assegurando, por exemplo, a relevância económica e a sustentabilidade financeira do planeamento do investimento nos transportes ou a coerência da gestão da água com as prioridades e os requisitos da UE. No entanto, a aplicação destas condições, através de um conjunto comum de requisitos estabelecidos no quadro regulamentar, pode limitar a sua capacidade de ter em conta as dificuldades, as necessidades e os desafios específicos dos Estados-Membros à medida que evoluem ao longo do tempo.

**Foi igualmente estabelecida uma maior coordenação entre o Semestre Europeu e os investimentos da política de coesão.** Embora o Semestre Europeu se centre nas reformas nacionais, a dimensão territorial e social reforçada do Semestre desde 2018 aumentou o seu papel na orientação dos Estados-Membros para aproveitarem o potencial económico de todo o seu território e reduzirem as desigualdades. Com efeito, as recomendações específicas por país relacionadas com o investimento orientaram os programas da política de coesão para 2021-2027 e a utilização do Fundo para uma Transição Justa. As recomendações de 2024 desempenharão um papel fundamental na revisão intercalar e na adaptação dos programas em 2025, com uma maior ênfase nas especificidades e nos desafios regionais.

A fim de estimular ainda mais o crescimento e a convergência regionais, **é necessário explorar formas de reforçar ainda mais a ligação entre investimentos e reformas para maximizar o impacto da política de coesão.** Esta reflexão deve ter em conta a experiência de outros instrumentos da UE — nomeadamente o MRR, que introduziu uma maior complementaridade entre a política de investimento e as reformas nos Estados-Membros. As reflexões devem abranger o âmbito das reformas necessárias, o papel do Semestre Europeu e a coordenação entre as políticas europeias e as políticas nacionais e regionais.

*Melhor coordenação e coerência com as políticas nacionais*

**A promoção da coesão não deve ser da responsabilidade exclusiva da política de coesão.** Tirar partido do potencial económico de todas as regiões da UE, reduzindo simultaneamente as desigualdades socioeconómicas, exige um esforço comum — e deve ser um objetivo comum das políticas de investimento, tanto a nível da UE como a nível nacional. Tal nem sempre se verificou de modo suficiente. Por conseguinte, é necessário refletir mais sobre a forma como as ações nacionais e da UE para atenuar as disparidades e promover o objetivo de coesão económica, social e territorial do Tratado devem trabalhar em conjunto, reforçando-se mutuamente e adaptando o apoio aos diferentes tipos de território.

**Por exemplo, a integração, sempre que pertinente, da dimensão territorial na conceção das políticas poderia reforçar a coerência entre as necessidades específicas da região e as políticas horizontais (europeias e nacionais).**

*Tornar a execução mais eficaz*

Os atrasos na programação e execução dos programas da política de coesão (parcialmente enraizados no diferimento da execução financeira, juntamente com insuficiências administrativas em alguns Estados-Membros e regiões) sugerem que o modo de execução da política pode ser melhorado. Esta melhoria pode ser alcançada assegurando, nomeadamente, uma maior simplificação para administrações e beneficiários.

**O quadro para 2021-2027 apresentou importantes medidas de simplificação**, incluindo uma lista reduzida de objetivos políticos, uma lógica de intervenção mais clara através de indicadores, uma apresentação de relatórios menos exigente e disposições em matéria de auditoria única. Alargou igualmente as possibilidades de utilização de opções de pagamento alternativas para além dos custos baseados em faturas, ou seja, financiamento não associado a custos, ou opções de custos simplificados. Esta medida abriu caminho a uma execução mais simples, com possibilidades de pagamento mais rápidas. No entanto, os Estados-Membros ainda não utilizaram plenamente estas opções.

**As experiências positivas adquiridas com a execução do FSE e do FSE+, avançando rumo a um modelo de execução baseado no desempenho, podem ajudar a proporcionar ensinamentos para o futuro.** É importante avaliar se este modelo de execução, com pagamentos associados à realização dos objetivos (em vez do reembolso de custos incorridos), pode conduzir a uma redução dos encargos administrativos para as autoridades responsáveis pelos programas e os beneficiários, acelerar a execução financeira e aumentar a orientação da política para os resultados.

**A avaliação intercalar do MRR<sup>14</sup> também proporcionou algumas reflexões importantes** a considerar na conceção futura de instrumentos de financiamento da UE. As consultas associadas mostram que existe um amplo apoio aos instrumentos de financiamento baseados no desempenho a nível da UE. Os fundos ao abrigo do MRR são desembolsados após o cumprimento dos objetivos intermédios e das metas, que representam medidas concretas na execução de reformas e investimentos pelos Estados-Membros, recompensando assim os progressos ao longo do processo.

A avaliação intercalar conclui igualmente que a combinação de reformas e investimentos de forma integrada proporciona incentivos eficazes para satisfazer as necessidades de reforma de longa data — e pode conduzir a uma execução mais eficiente. Os planos de recuperação e resiliência promovem a elaboração de políticas ao incentivar os Estados-Membros a conceberem um conjunto coerente de reformas e investimentos, com resultados claros, que respondam tanto às prioridades políticas da UE como aos desafios específicos de cada país. Ao mesmo tempo, a avaliação mostra que as autoridades regionais e locais, as partes

<sup>14</sup> COM(2024) 82 final, 21.2.2024.

interessadas e os parceiros sociais têm apontado para a sua participação insuficiente e recorda a importância da sua participação efetiva, não só na conceção, mas também na execução e no acompanhamento das medidas que os afetam. Por último, a avaliação sublinha igualmente potenciais domínios para simplificação futura, a fim de assegurar flexibilidade suficiente na conceção e execução dos planos, nomeadamente no que diz respeito ao seu procedimento de revisão, à formulação de objetivos intermédios e metas, bem como ao atual quadro de auditoria e controlo.

Qualquer futura alteração da política de coesão ou qualquer novo modelo de execução deve estar alinhado com o objetivo de coesão económica, social e territorial do Tratado e ter em conta a experiência adquirida com a programação da política de coesão e a sua abordagem regional e de base local, bem como os ensinamentos retirados do MRR. Existem também questões práticas que teriam de ser tidas em conta, por exemplo, implicações para o sistema de auditoria e controlo.

*Alcançar objetivos a longo prazo — mas com flexibilidade inerente, para circunstâncias imprevistas*

**Os programas da política de coesão prosseguem objetivos de desenvolvimento a longo prazo**, com um período de execução que se estende por mais de uma década.

**A existência da possibilidade de alterar os programas da política de coesão já permite um ajustamento flexível** dos programas para ter em conta a evolução das circunstâncias. Esta flexibilidade aumentou ao longo do tempo e tem sido utilizada com grande eficácia em resposta a crises económicas e choques inesperados, nomeadamente nos domínios da gestão, recuperação e prevenção de emergências. O quadro legislativo inclui opções para uma rápida reafetação de fundos entre programas e no âmbito destes, o exercício de revisão intercalar e disposições específicas para derrogações temporárias em resposta a circunstâncias excecionais ou invulgares.

**Embora fosse crucial que a política de coesão contribuisse para a resposta da UE às consequências socioeconómicas da pandemia de COVID-19 e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a sua prioridade principal deve continuar a ser a consecução de objetivos estruturais a longo prazo.** A resiliência económica só pode ser alcançada através de investimentos a longo prazo, nomeadamente na diversificação das economias regionais, no reforço da adaptabilidade às alterações tecnológicas e demográficas e na melhoria das competências da mão de obra.

ENRICO LETTA

# MUCH MORE THAN A MARKET

## SPEED, SECURITY, SOLIDARITY

Empowering the Single Market to deliver a sustainable future and prosperity for all EU Citizens

April 2024

## Summary

<b>FOREWORD – MUCH MORE THAN A MARKET</b>	<b>3</b>
<b>A 5<sup>TH</sup> FREEDOM TO ENHANCE RESEARCH, INNOVATION AND EDUCATION IN THE SINGLE MARKET</b>	<b>19</b>
<b>A SINGLE MARKET TO FINANCE STRATEGIC GOALS</b>	<b>26</b>
A Savings and Investments Union to unlock the potential of the Single Market	28
Leveraging the Single Market to enhance green and digital industrial public investments	39
Improving investment: circular economy, public procurement and administrative capacity	42
<b>A SINGLE MARKET TO PLAY BIG: SCALE MATTERS</b>	<b>50</b>
An effective Single Market for Electronic Communications Networks and Services	52
A Single Market to foster efficient Energy–Climate Policies	61
Promoting peace and enhancing security: towards a Common Market for the defence industry	70
The Single Market and space: fostering integration for strategic autonomy	76
Leveraging the Single Market to strengthen health resilience	78
The Single Market as a catalyst for seamless and sustainable transportation in the EU	83
<b>A SUSTAINABLE SINGLE MARKET FOR ALL</b>	<b>90</b>
Freedom to move and freedom to stay	92
Strengthening the Single Market social dimension	101
Unleash the potential of European SMEs	107
Addressing tax fragmentation to empower the Single Market	111
A Single Market for Consumers	113
<b>A SINGLE MARKET TO GO FAST AND GO FAR</b>	<b>120</b>
Enhancing proposal design in the Single Market	122
Enhancing rule adoption through informed decision-making	124
Implementing EU rules with effectiveness and efficiency	127
Strengthening Enforcement to uphold market integrity	128
Simplifying regulations for a More dynamic Single Market	130
<b>THE SINGLE MARKET BEYOND ITS BORDERS</b>	<b>133</b>
A resilient Single Market in the new geopolitical scenario	134
Trade as a crucial tool to project the Single Market's influence	137
The Single Market as a key tool in the enlargement process	139
The role of the Single Market in enhancing economic cooperation with strategic partners	141
<b>CONCLUSIONS – A CALL TO ACTION</b>	<b>144</b>
Acknowledgments	146

DOSSIER | UNIDOS NA DIVERSIDADE: OS DESAFIOS ECONÓMICOS DA EUROPA

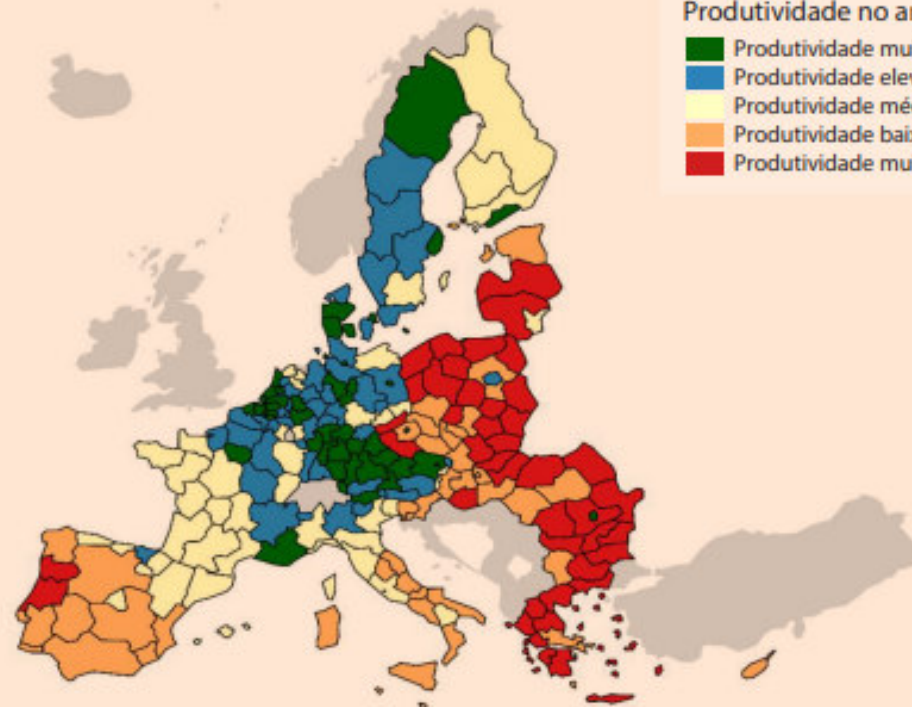
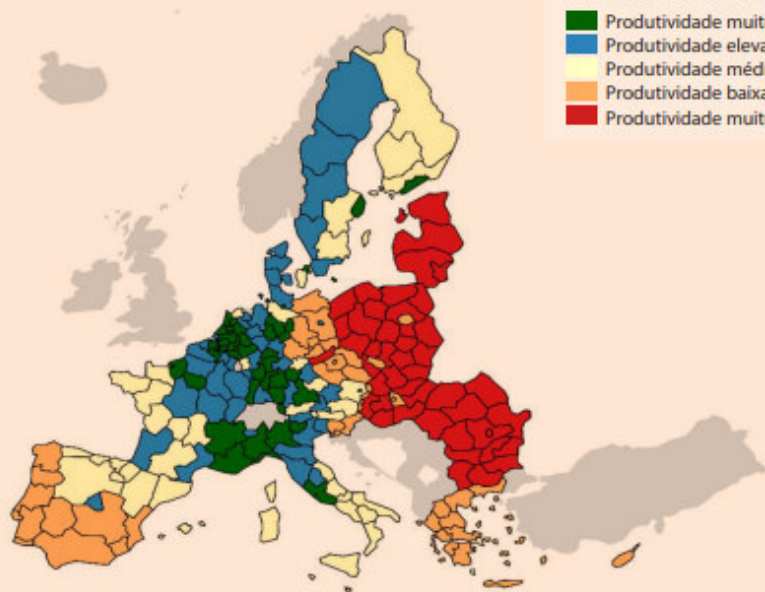
**Distribuição da produtividade por região nos anos 2000 e 2022**

Produtividade no ano 2000

- Produtividade muito elevada
- Produtividade elevada
- Produtividade média
- Produtividade baixa
- Produtividade muito baixa

Produtividade no ano 2022

- Produtividade muito elevada
- Produtividade elevada
- Produtividade média
- Produtividade baixa
- Produtividade muito baixa



Nas últimas décadas, o crescimento das regiões com um nível de produtividade mais baixo não foi suficientemente grande para reduzir a diferença entre elas em termos absolutos, antes pelo contrário. O fosso entre o primeiro grupo de regiões, as regiões menos produtivas, e o grupo das regiões mais produtivas aumentou nas últimas duas décadas. Concretamente, o primeiro quintil passa para 30,1 euros em 2022 e o percentil 80 passa para 53,8. O fosso entre as duas montanhas aumentou 5,9 euros, ou seja, 33,4%.<sup>3</sup>

A faixa que começa na Dinamarca, nos Países Baixos e na Bélgica e que atravessa a Alemanha até à Áustria é a que mais cresceu nos últimos anos (ver terceiro gráfico). Este grupo de países concentra 82% das regiões na gama de produtividade mais elevada em 2022, em comparação com 75% em 2000. Ou seja, 48% das regiões destes países estarão entre as 20 regiões mais produtivas em 2022, quando em 2000 eram «apenas» 43%.

Em contrapartida, muitas das regiões francesas e italianas perderam dinamismo nos últimos anos. Em 2000, a Itália tinha cinco regiões no grupo de produtividade mais elevada, enquanto em 2022 tinha apenas uma, a província autónoma de Bolzano, e as regiões do Sul passaram para um nível de produtividade baixo. Atualmente, a França tem apenas duas regiões com um nível de produtividade muito elevado e o número de regiões com um nível de produtividade elevado foi reduzido.

No entanto, o crescimento da produtividade nas regiões europeias mais produtivas tem sido modesto em comparação com a melhoria registada nos Estados mais produtivos dos EUA.<sup>4</sup> Como se pode ver no quarto gráfico, a diferença é significativa: entre 2007 e 2022, o crescimento foi, em média, 1,1 p. p. superior. O crescimento da produtividade nos EUA, pelo contrário, tem sido mais lento do que no resto do mundo.

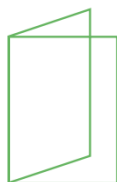
**Nota:** PIB medido em PPC por hora trabalhada. O nível de produtividade é classificado com base em quintis, dividindo a distribuição da produtividade em cinco grupos de igual dimensão, que incluem em cada grupo 20% da amostra total de regiões por ordem ascendente, de modo a que o primeiro grupo contenha 20% das regiões com um nível de produtividade mais baixo, o grupo seguinte contenha 20% das regiões com uma produtividade mais elevada do que a do grupo anterior, e assim sucessivamente até que as regiões europeias estejam separadas em cinco grupos de igual dimensão, em que cada grupo representa um «degrau» na distribuição da produtividade.

**Fonte:** BPI Research, com base em dados da Comissão Europeia (ARDECO)



Oriol Aspachs Bracons  
Erik Solé Vives

**Evolució de la productivitat a Europa: una mirada regional**

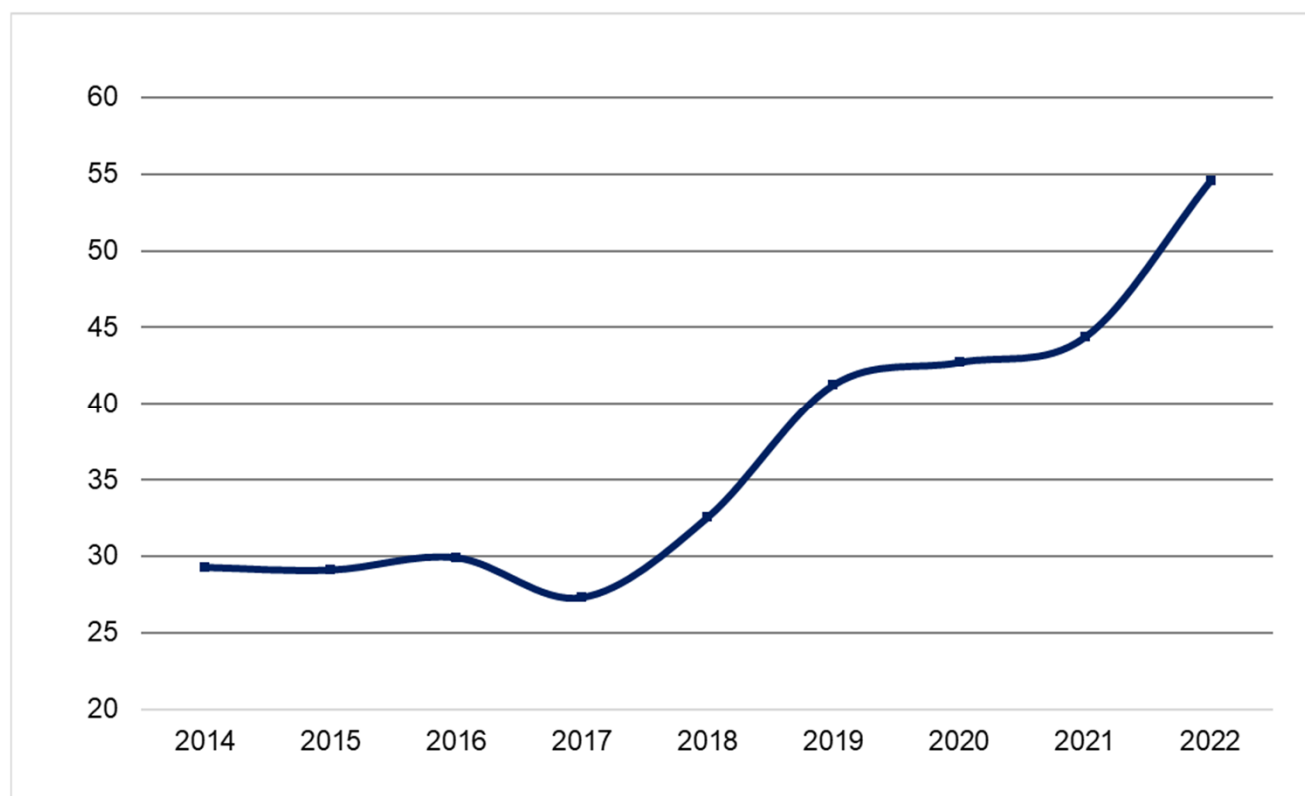


### Resum executiu:

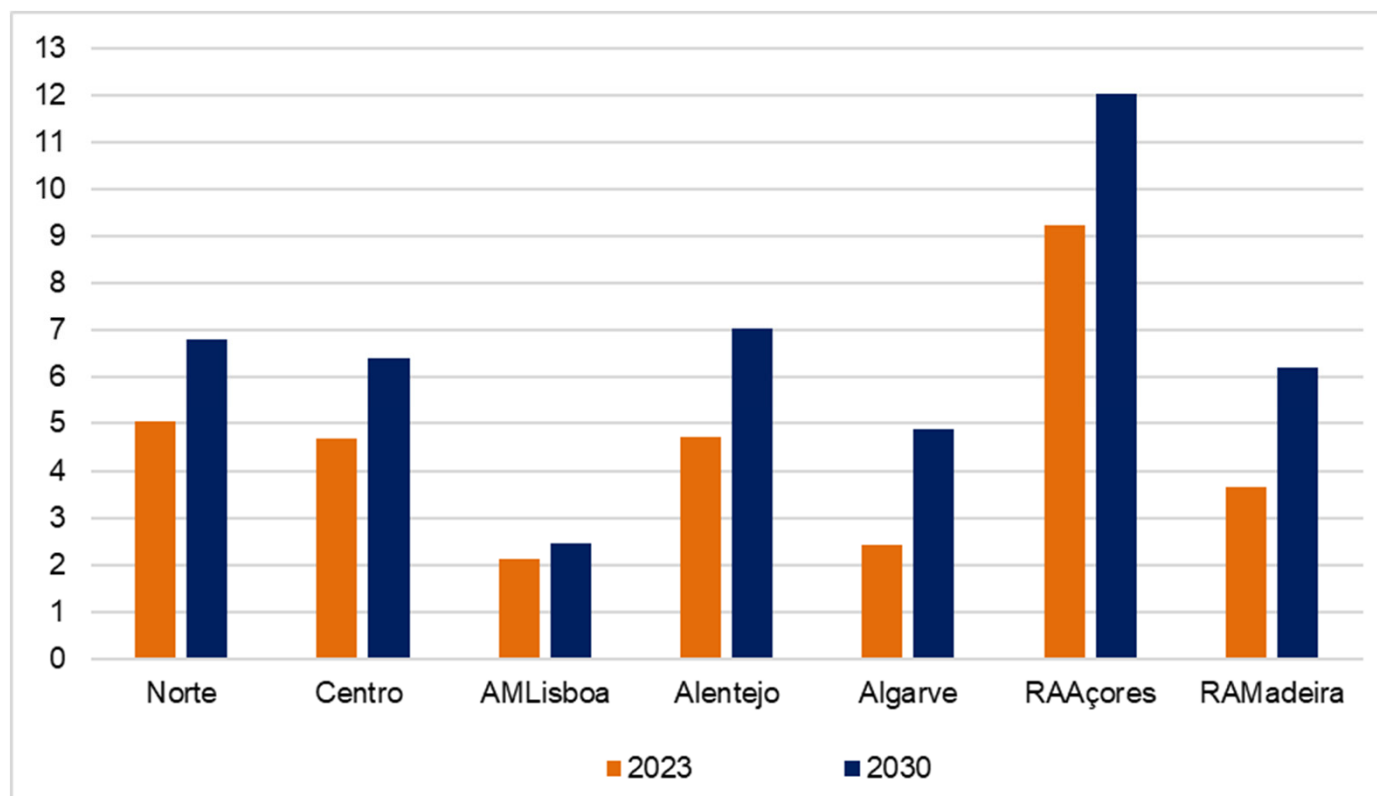
- **El creixement de la productivitat millora el dinamisme econòmic d'un país i el benestar dels seus ciutadans.** Un augment de l'1% de la productivitat d'una regió s'associa amb un augment del PIB per capita i dels ingressos dels seus ciutadans del 0,9% i el 0,7%, respectivament, amb una reducció de les hores treballades per ocupat del 0,2% i amb una disminució significativa de la pobresa.
- **El creixement de la productivitat s'ha reduït els darrers anys a Europa i als principals països avançats.** A Europa, la productivitat va créixer un 1,9% anual de mitjana entre els anys 2000 i 2006, i un 0,9% entre el 2007 i el 2022. Als Estats Units, des de la crisi financera el creixement de la productivitat també s'ha reduït més d'1 p. p.
- **Les diferències regionals són significatives.** Les regions europees s'agrupen en dos nivells de productivitat, un de relativament baix i un altre amb una productivitat dues vegades superior. La diferència entre la productivitat d'un grup i l'altre ha augmentat de manera notable les darreres dues dècades.
- **El creixement de la productivitat a Espanya les darreres dues dècades ha estat molt baix, el que ha fet que el nivell de productivitat s'allunyi del de la Unió Europea i s'apropi al de les regions menys productives.** Entre els anys 2000 i 2022 la distància respecte la Unió Europea s'ha doblat. La productivitat ha passat de ser un 6% inferior a un 12%. La majoria de les regions espanyoles tenen un nivell de productivitat relativament baix. Només el País Basc presenta un nivell de productivitat relativament elevat i s'apropa al de les regions europees més productives.

- **El creixement de la productivitat de l'economia catalana i de la madrilenya ha estat molt baix els darrers anys. La productivitat d'aquestes regions s'allunya de la de les regions europees més productives.** La distància respecte les regions més productives ha augmentat un 16% en el cas de Catalunya i un 21% la madrilenya.
- **La mobilitat en el rànquing regional de productivitat és molt elevada.** El 46% de les regions europees canvien de categoria en una escala de l'1 al 5 les dues darreres dècades, i un 36% de les regions que se situaven al grup de productivitat més elevada l'any 2000 ja no hi és l'any 2022.
- **Les regions del centre i nord d'Europa reforcen el seu lideratge en la distribució geogràfica de la productivitat.** L'any 2022, el 82% de les regions amb el nivell de productivitat més elevat es troben en un corredor que, de nord a sud, va de Dinamarca, Bèlgica i els Països Baixos, baixa fins a Alemanya i acaba a Àustria.
- **França i Itàlia perden pistonada i pràcticament ja no tenen cap regió capdavantera en productivitat.** La meitat de les regions que baixen dels grups de productivitat més elevada pertanyen a aquests dos països.
- **Les regions gregues han caigut a la cua de la productivitat europea mentre varies regions de l'est d'Europa han millorat de manera significativa la seva posició.** El 79% de les regions que baixen al grup de productivitat més baixa entre els anys 2000 i 2022 pertanyen al país hel·lè, mentre que el 100% de les regions que surten d'aquest grup són de països de l'est d'Europa.
- **La concentració geogràfica de la productivitat és important.** El 94% de les regions més productives tenen com a mínim una regió veïna amb un nivell de productivitat similar al seu.
- **Una regió difícilment podrà millorar la seva productivitat si les del seu voltant es queden enrere.** Si més de la meitat de les regions adjacents tenen un nivell de productivitat superior, la probabilitat d'escalar posicions en el rànquing de productivitat és del 41%. En canvi, si més de la meitat de les regions veïnes tenen una productivitat inferior, la probabilitat de pujar és del 21% i la de baixar, del 38%.
- **La capital europea de la productivitat se'n va cap al nord-est d'Europa.** Abans de la crisi financera, la capital europea de la productivitat se situava a Suïssa, entre Davos, Milà i Basilea, a 1.066 quilòmetres de Barcelona en cotxe. En canvi, actualment es troba entre Baden-Württemberg i Baviera. Concretament, entre Nuremberg, Stuttgart i Munic, a 1.381 quilòmetres de la Plaça Sant Jaume.

- **Algarve. Despesa em Investigação e Desenvolvimento**
- Unid.: milhões de euros
- Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, DGEEC



- **Impacto dos programas da política de coesão 2014-2020 e 2021-2027 no PIB das regiões NUTS II**
- Unid.: % de aumento face à situação de partida
- Fonte: 9º relatório da Coesão (2024), Comissão Europeia



A photograph of a church bell tower with a single bell, set against a clear blue sky. The tower is white with a red-tiled roof. The image is partially obscured by a white wall on the left side.

Obrigado